



Sábado

01-08-2019

Periodicidade: Semanal
Classe: Informação Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 116250

Temática: Política
Dimensão: 1063 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 16/17

JUSTIÇA. INQUÉRITOS ABERTOS APÓS DENÚNCIAS

PJ de olho na câmara da Nazaré

Favorecimento em ajustes diretos e negócios imobiliários denunciados às autoridades. A UNCC e a PJ de Leiria investigam casos.

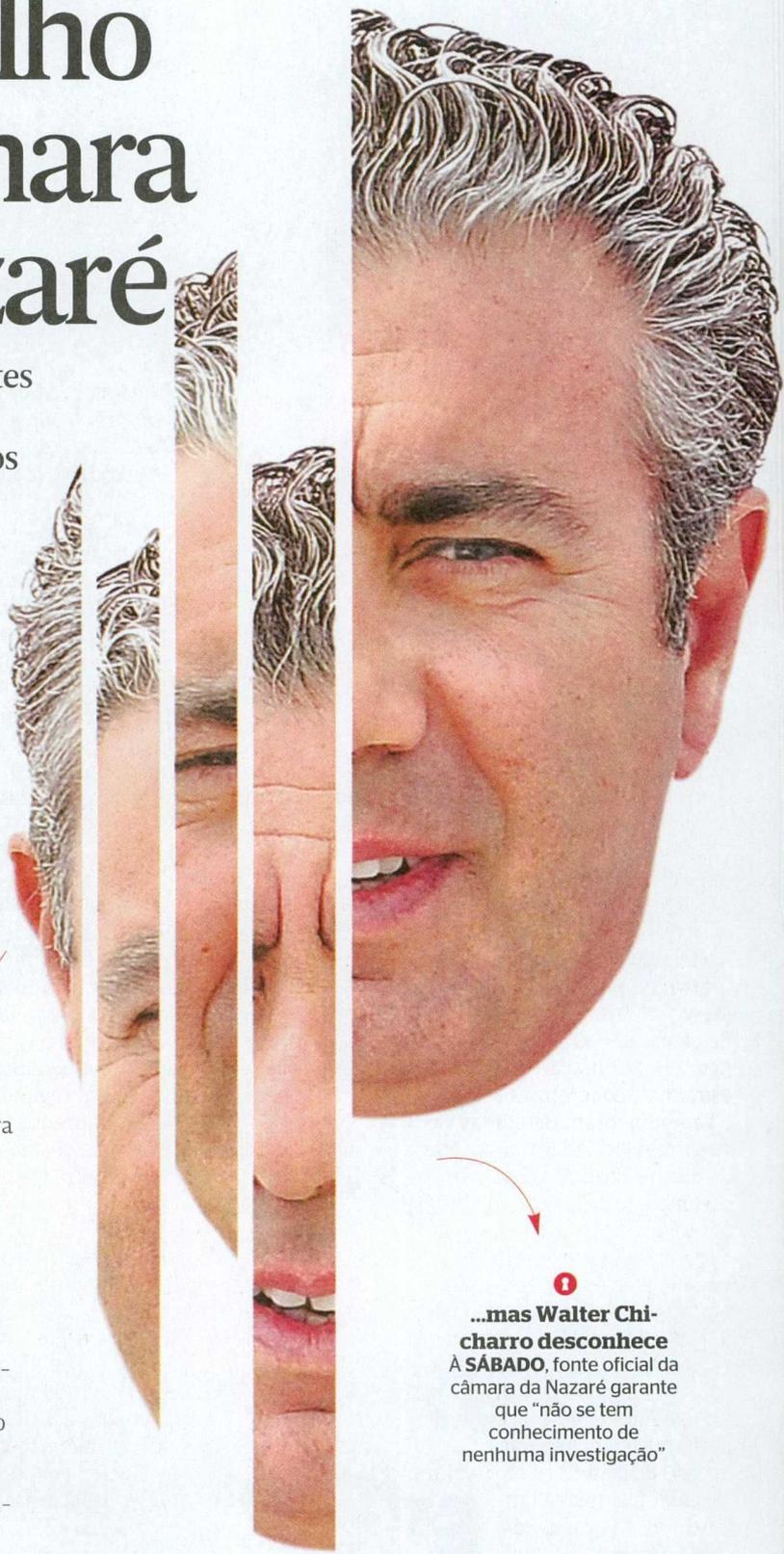
Por **Alexandre R. Malhado**

A DENÚNCIA

PJ investiga Nazaré
 Fonte oficial do Ministério Público confirmou "a existência de um inquérito", mas há um segundo processo a ser investigado na PJ de Leiria

Várias denúncias de ilegalidades na Câmara Municipal da Nazaré deram origem a dois processos, um a cargo da Unidade Nacional de Combate à Corrupção da Polícia Judiciária desde 2015 e outro sob investigação da PJ de Leiria desde 2017. De acordo com uma das denúncias enviadas, a que a **SÁBADO** teve acesso, "um grupo de cidadãos nazarenos" acusa o autarca de favorecer empresas, tanto em ajustes diretos como na venda de património municipal, e de ter fontes de rendimento ilegais.

...mas Walter Chicharro desconhece
 A **SÁBADO**, fonte oficial da câmara da Nazaré garante que "não se tem conhecimento de nenhuma investigação"



As irregularidades enumeradas pelos queixosos são referentes ao mandato 2013-2017 do executivo nazareno, liderado pelo socialista Walter Chicharro. No caso da venda de património municipal, os denunciantes dizem que a autarquia usa “alguns métodos bem conhecidos”, como a “venda por um valor substancialmente inferior ao de mercado para posterior revenda com lucro de 200/300%”. Algo que terá acontecido no negócio da biblioteca municipal, “vendida por 1 milhão de euros e revendida pouco tempo depois por 3 milhões à empresa RIAL Engenharia, Lda.” O negócio do antigo posto de turismo da Nazaré também é alvo de suspeitas: a autarquia terá recusado a proposta de um comprador que oferecia mais 100 mil euros que o valor final da venda.

Além disso, o grupo de cidadãos nazarenos considera ainda “estranha” a situação patrimonial pessoal do presidente da câmara: quase meio milhão de euros, dois imóveis em Lisboa registados em nome de Walter Chicharro com um valor total em Registo Predial de 307.636,01 euros, adquiridos entre 2015 e 2017, lê-se na declaração entregue ao Tribunal Constitucional. “Face ao vencimento declarado de presidente de câmara (3262,20 euros) configura uma situação no mínimo estranha”, concretiza.

Também foram detetadas várias irregularidades numa série de ajustes diretos, acusam os denunciantes. É o caso da Vibeiras e Oliveiras, duas empresas que impugnaram a obra de requalificação da avenida marginal da Nazaré, por não concordarem com a decisão do concurso, o que levou à suspensão da obra no início de 2017. Contudo, o município e as empresas acabaram por chegar a um acordo e as obras recomeçaram. Os cidadãos suspeitam “da existência de contrapartidas ilegais” neste processo: as obras de re-



Perfil: 48 anos

Natural de Angola, Walter Chicharro está na Nazaré desde os 4 anos

Dívida A Nazaré é um dos 27 municípios com uma dívida acima do limite legal previsto

Autárquicas 56,6%

Foi reeleito em 2017 para segundo mandato com um resultado histórico

qualificação do Largo da Pederneira, no valor de 340 mil euros, foram adjudicadas à Vibeiras, enquanto a autarquia cedeu dois apartamentos à Oliveiras, no valor de 400 mil euros.

A omissão de certas verbas no relatório de contas também suscita dúvidas. Entre os exemplos dados estão a “inexistência nos relatórios e contas da Nazaré Qualifica das verbas relativas à exploração do Farol São Miguel Arcanjo”. O mesmo acontece com os parquímetros do Parque Estacionamento Cândido dos Reis, cujas “receitas não estão contabilizadas”.

À SÁBADO, a autarquia frisa que “não tem conhecimento de alguma investigação”, sem responder às restantes perguntas. Contudo, fonte oficial da PGR confirma à SÁBADO que o inquérito aberto em 2015 se encontra “em fase de investigação”. Já fonte da Polícia Judiciária acrescentou que num segundo processo, desta vez aberto em Leiria, em 2017, já foram realizadas buscas à autarquia local no dia 3 de janeiro deste ano.

Na altura das buscas em janeiro, o presidente Walter Chicharro esclareceu que a autarquia “colaborou com a Polícia Judiciária no âmbito da investigação sobre um procedimento concursal de recursos humanos, aberta após uma denúncia anónima”. Em causa, segundo vários relatos na imprensa local, em janeiro estava a a empresa municipal Nazaré Qualifica e a contratação de pessoal.

Após a diligência da PJ no município, o autarca acrescentou não estar preocupado “com o resultado da investigação”, considerando que “os serviços terão tido os procedimentos corretos” e defendendo que o município “continua a trabalhar apenas focado na afirmação do concelho da Nazaré e na defesa das melhores soluções para os seus habitantes”, concluiu Walter Chicharro. □